

## RECENSÕES



Héctor Silva Michelena, *Economía Política de la Democracia en América Latina*. Caracas, Ediciones de Expediente Editorial, 1986, 161 pp.

Héctor Silva Michelena, economista venezuelano, professor da Universidade Central da Venezuela, abre seu livro sobre a economia política da democracia na América Latina com uma epígrafe (que chama de "pórtico") de Gabriel García Márquez, extraída de *La Soledad de América Latina*. Nessa citação, a partir da realidade aterradora "de todo o tempo humano", propõe-se "uma nova e arrasadora utopia da vida", na qual "as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham por fim e para sempre uma segunda oportunidade sobre a terra". Em essência, encerra-se aí a preocupação que está por trás das idéias que Silva Michelena expõe com maestria, clareza e precisão em seu instigante ensaio. Falando da realidade econômica e política do continente, dos desafios, frustrações e experiências vividas, da utopia falida do desenvolvimento via industrialização substitutiva de importações (ISI), da tendência ao autoritarismo na América Latina e da fragilidade de sua democracia real, Silva Michelena também tece em seu livro a alternativa a ser perseguida, uma alternativa que permita às "estirpes condenadas", "uma nova oportunidade sobre a terra". É a busca daquilo que constitui a antítese do conceito de minoridade dos povos, de Kant, o qual corresponde ainda ao conceito de "utopia concentracionista", responsável pela "criação de gigantescos gulags", de Sérgio Paulo Rouanet em *As Razões do Iluminismo* (São Paulo, Companhia das Letras, 1987).

De formação intelectual marxista, porém não do tipo ortodoxo, selado, convencional, e sim de uma modalidade que ele próprio associa à "bela utopia que Marx traçou em sua *Crítica ao Programa de Gotha*, quando fala da fase superior da sociedade comunista" (p. 8), Silvia Michelena concorda também com Juan Carlos Portantiero na referência deste ao marxismo de José Carlos Mariátegui, de tentar a elaboração de uma perspectiva socialista para uma sociedade primordialmente camponesa e indígena.<sup>1</sup> No entender de Silva Michelena, a lógica do marxismo europeizante leva ao que ele chama de "marxismo esbirro-burocrático" (p. 9), com a negação do valor inesgotável dos mitos latino-americanos. Citado outra vez Portantiero, sua opinião é de que a força dos revolucionários mestiços não está em

1 PORTANTIERO, Juan Carlos "Socialismo y Política en América Latina", in Norbert Lechner (org.), *Qué Significa Hacer Política?* (Lima, Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1982), p. 62. V. também José Luis Rénique, "La Utopía Andina Hoy (Um Comentario a 'Buscando un Inca')", *Debate Agrario* (Lima, CEPES, nº 2, abr. - jun. 1988), pp. 131-146.

sua ciência, mas em sua fé, em sua paixão, em sua vontade, na intensidade de seus mitos (p. 134). Enquanto isso, "A condição de nossa própria existência foi deixada de lado, nos altares de um vanguardismo europeizante" (p. 134). Do ponto de vista dos setores populares, das massas, a despeito de sua longa e dolorosa história, houve poucos pensadores que tentaram articular essa história, resgatando a condição de povos colonizados daqueles mesmos setores, sua constituição mestiça, rodeada em muitos lugares por indígenas com sua própria cultura desestruturada e por negros trazidos como escravos da África. A preocupação de Silva Michelena é desmascarar a natureza perversa do desenvolvimento experimentado nas últimas décadas em praticamente toda a América Latina, com seus efeitos concentrados, as frustrações geradas e a indução do autoritarismo. Nesse sentido, pergunta simultaneamente o autor:

"Qual é, pois, a alternativa de desenvolvimento, a via que nos leve, com traumas irreparáveis, até a realização da democracia?" (p. 137).

Sua resposta é cautelosa e sem nenhuma pretensão de receituário. No fundo, Silva Michelena considera que "a democracia real começa a viver no interior do capitalismo" e que sua realização "não tem por que esperar uma revolução que prometa essa democracia" (p. 136). A história latino-americana registra esforços de conquista democrática, apesar de um itinerário cheio de muitos percalços.

O tom de *Economía Política de la Democracia*, se é pessimista pelo lado do diagnóstico daquilo que a experiência mostra, oferece a possibilidade de vislumbrar-se uma alternativa - e uma alternativa não só para viabilização da democracia, mas também para o desenvolvimento econômico desejado. Nesse sentido, a obra - que Silva Michelena diz tratar-se de reflexões "com caráter inteiramente livre" (p. 7) - versa fundamentalmente sobre problemas da democracia, da sua realização, entendida a democracia "como prática social da liberdade e da igualdade" (p. 9). O livro possui um formato original, obedecendo não a uma seqüência de capítulos, mas a uma divisão em "teses" (num total de quatro, cada uma formando uma seção da obra), antecedidas de uma introdução e fechando-se o livro com um apêndice. A escolha da forma de teses para a estruturação do trabalho deve-se a que, segundo o autor, tal forma "se aproxima mais da afirmação e isto, para mim, é decisivo. Com efeito, como pode-se escrever sobre a democracia e o subdesenvolvimento senão a partir de convicções e de uma posição afirmativa?" (p. 11). É que a atitude quanto à democracia, no entender de Silva Michelena, não pode ser debitada.

A primeira tese do livro assegura que

"A democracia é um conceito histórico ativo, ou sistema de ação, necessariamente ligado à prática, tanto individual como social; seu caráter é função do modo de produção existente. Em consequência, a democracia em geral implica"

os aspectos de liberdade e poder (p. 13). Silva Michelena adota o conceito gramsciano de sociedade civil, que identifica como uma fase do "Estado vigilante noturno", em que são reduzidas gradualmente as intervenções autoritárias e coativas. Salienta o autor, aqui, seguindo ainda Gramsci, que não se está propondo com isso a idéia de um novo liberalismo, mas "o começo de uma fase de liberdade orgânica" (p. 14), com a rejeição da razão burguesa, segundo a qual são as mercadorias que regulam o fazer dos homens.<sup>2</sup> É preciso, ao contrário, expandir-se o espaço social da liberda-

2 RETHEL, Sohn Trabajo "Corporal" e "Intelectual" (Caracas, 1976, mimeo.).

de. Para que isso aconteça, é requisito indispensável que também se desenvolva a sociedade civil,

“movida por suas forças sociais de desigual poder, em prol do ‘Estado ético’, o qual, no limite da sociedade civil, reduza ao mínimo suas intervenções autoritárias e coativas” (p. 16).

O limite absoluto dessa tendência seria a Utopia, um passo antes da qual existiria a “sociedade regulada”, que seria a sociedade civil combinada com o Estado ético. A concepção de liberdade orgânica acima referida corresponde a um estado em que a liberdade seja para o homem moderno o que representava a terra em uma comunidade remota no tempo: “uma condição orgânica de sua produção e reprodução” (p. 16). Nessa perspectiva, a noção capitalista da comercialização do ócio é combatida, porquanto a criação de mais “tempo livre” pelo desenvolvimento das forças produtivas termina conduzindo ao sacrifício da verdadeira liberdade, a liberdade orgânica.

Na sua segunda tese, Héctor Silva Michelena afirma que “quanto mais se aprofunda a democracia, quanto mais ela chega às raízes de uma sociedade dependente e alienada pelo valor de troca, e sacudida pela demagogia, ... **mais difícil de manejar se faz, e sua estabilidade é precária**” (p. 39). Não seria, segundo o autor, uma questão de ingovernabilidade da democracia. Na sua apreciação, a democracia ativa não somente é governável, como leva, “em algum momento não predizível”, ao auto-governo ou à supressão do governo não-ético. No caso do Estado não-ético, aquele em que as aspirações da população são artificialmente exaltadas, é que se apresenta o problema insolúvel de como satisfazer os desejos excitados “em um mundo irrecusavelmente finito” (p. 40). A ingovernabilidade teria lugar aí. Examinando-se, por outro lado, as características dos países subdesenvolvidos, observa-se neles uma estrutura econômica com elevado grau de heterogeneidade quanto a suas relações de produção. Em sociedades dessa índole, “qualquer que seja o grau de divergência tecnológica, o aprofundamento da democracia, na medida em que o processo avança, se torna mais e mais difícil de administrar” (p. 43), devido a uma explosão de expectativas em face de uma limitação física real dos recursos disponíveis. Tais limites, quando são esticados, tenderiam, segundo Silva Michelena, a levar ao Estado autoritário, “precisamente porque, nas sociedades latino-americanas, a sociedade civil está muito pouco desenvolvida” - e aqui o autor se vale de importante referência de Octavio Paz para reforçar seu argumento.

Outro fenômeno a salientar, ainda dentro da segunda tese de Silva Michelena, é o problema da desestruturação cultural e da perda de identificação que têm sofrido os povos submetidos à barbárie da colonização mercantil-capitalista, como seria o caso da América Latina. Aqui, por exemplo, a desestruturação cultural está na própria independência dos países do continente. Usando Octavio Paz como respaldo, Silva Michelena salienta que na França - em cuja Revolução os libertadores da América buscaram inspiração - existia uma relação orgânica entre as idéias das classes sociais e dos agrupamentos revolucionários.

“Contrariamente, entre nós as idéias não se correspondiam com as classes. As idéias cumpriram uma função de máscaras; desse modo, transformaram-se em ideologia, mau sentido do termo, isto é, em véus que interceptam e desfiguram a

percepção da realidade.<sup>3</sup>

Ao mesmo tempo, enquanto a democracia norte-americana inspirou aos pais da pátria da independência na América Latina, gente como Sarmiento e Juaréz, os Estados Unidos têm constituído um dos maiores obstáculos como os quais se tem tropeçado no afã de modernização do continente.

“Nênese histórica: na América Latina os Estados Unidos têm sido protetores de tiranos e aliados dos inimigos da democracia”<sup>4</sup>.

A “terrível verdade” de tudo isso seria a desestruturação cultural e a falta de identidade nesta parte do mundo, com o agravante de que tais condições perversas vão se reproduzindo em espiral. Assim,

“a democracia entendida como prática social, como posituação da liberdade, tende a se tornar muito difícil de realizar. Mais ainda, as liberdades abstratas e formais da verdadeira democracia capitalista tendem a se tornar inadministráveis. Faça um grande esforço para não dizer *inviável*” (p. 50)

Na sociedade dependente, portanto, suas relações sócio-econômicas são desarticuladas, heterogêneas, e suas estruturas políticas e ideológicas estão dissociadas historicamente,

“e somente se distinguem como estratos justapostos, não assimilados e sinérgicos na formação de uma consciência nacional. Aqui não se pode falar de ‘cultura nacional’ enquanto valores que identificam a nação ante seu povo e outros estados nacionais, não-dependentes” (p. 50).

Raciocinando que a realização da democracia capitalista só é possível em países imperialistas ou que se beneficiaram da esfera imperialista, Silva Michelena, na sua terceira tese pergunta: “É viável a democracia em uma sociedade sem colônias ou ‘neo-colônias’?” (p. 53). Para responder a essa indagação, ele examina uma série de conceitos, tais como o de atraso e subdesenvolvimento, o de intercâmbio desigual, o de subdesenvolvimento maduro, etc., até chegar a sugestões de uma estratégia para vencer o subdesenvolvimento. Salienta Silva Michelena, de início, que a democracia possui um componente de bem-estar material, implicando repartição de benefícios (mesmo que desigualmente, com sói acontecer em geral). Ademais, diz ele, a democracia implica comunicação para formação de uma consciência de que algo se está recebendo. Neste aspecto, de maneira permanente, um tal conjunto de condições nunca existiu em nenhum dos países da periferia. Indaga o autor, a propósito:

“Será necessário fazer muitos esforços para demonstrar que uns países, os centrais e desenvolvidos, exploram os outros, situados à margem da circulação do excedente internacional?” (pp. 55-56).

Ora, para se gerar um excedente, é preciso uma condição de exploração mundial, mais além do que a exação interna pode fornecer. Necessita-se, em outras palavras,

3 A citação é de Octavio Paz, “L’Amérique Latine et la Démocratie”, *Sprit*(Paris, nº 82, out. 1983), p. 17.

4 *Idem*, p. 19.

de uma função internacional de sucção de produto ou renda, requer-se uma posição de privilégio, de país hegemônico ou de país aderido às potências hegemônicas. Uma referência utilizada aqui é a do livro de Renato Lebrero, **Nación, Metrópolis y Colonias en Marx y Engels** (Barcelona, Cuadernos Anagrama, 1975), pp. 51-52: "em um país dependente, a acumulação de capital é funcional à do país metropolitano", permitindo inclusive transferências perversas de capitais. Silva Michelena aceita a afirmação e pergunta se ainda é necessário alguma demonstração empírica dessa tese. A conclusão do autor, depois de várias considerações sobre o que, usando Alonso Aguilar Monteverde, chama de "capitalismo do subdesenvolvimento" (p. 75), é o que o subdesenvolvimento, como formação social capitalista específica, possui estruturas geradoras de forças "**subdesarrollantes**", cuja superação exige a destruição da estrutura subjacente - ou seja, uma solução socialista, que, tal como a formação social capitalista subdesenvolvida heterogênea, tem que ser também heterogênea (p. 80). Na experiência do subdesenvolvimento, há que registrar - e este é um ponto interessante no livro - o esbanjamento do excedente que é feito pelos setores internos de poder, esbanjamento que não pode ser compensado pela obtenção de um **surplus** internacional, que permita uma margem permanente de manobra pela via da distribuição. Assim, a pergunta sobre a viabilidade da democracia em uma sociedade sem colônias ou neo-colônias tem como resposta que a democracia é viável, "mas de forma muito precária, não enraizada na sociedade civil" (p. 81), podendo apresentar períodos democráticos mais ou menos longos.

Valendo-se de Raúl Prebisch, Silva Michelena, ainda em sua terceira tese, salienta que o capitalismo subdesenvolvido é essencialmente centrípeto, absorvente, dominante. Expande-se para se aproveitar da periferia, e não para desenvolvê-la. A idéia é reforçada com argumentos tomados de Enzo Faletto, para quem, nas palavras de Silva Michelena,

"a democracia não tem amplo espaço, ou melhor dito, só tem becos estreitos e ainda sem saída no capitalismo do subdesenvolvimento" (pp. 81-82).

Ou seja, existiria uma "dificuldade" para a realização da democracia nos países periféricos por seu modo de acumulação excludente. Este feito se agravaria no atual tipo de desenvolvimento capitalista transnacional, baseado como é este - e aqui o autor recorre à análise de Carlos Portales em "La Izquierda y la Alternativa Democrática", incluída na obra coletiva **Autoritarismo y Alternativas Populares en América Latina** (San José, Costa Rica, Ediciones FLACSO, 1982)

"em centros de decisões heterônomos, mais além das fronteiras nacionais, [o que] torna mais difícil compatibilizar as racionalidades de um processo econômico de lógica global com as decisões políticas de um sistema nacional".

Aclarando mais o desenvolvimento das idéias de Silva Michelena, convém notar que ele analisa com cuidado o problema da heterogeneidade estrutural e o da exploração capitalista dos modos de produção não-capitalistas. No seu enfoque,

"O elemento crucial da dominação é a **exploração**, isto é, a captura e utilização, pelo modo de produção capitalista, do excedente econômico gerado pelos modos de produção não-capitalistas" (p. 60).

Por sua vez, a criação nas economias periféricas de uma "sociedade de consumo prematura", faz com que o mercado interior se apresente dividido af em duas esferas:

“uma, de altas rendas, origem de uma demanda seletiva de bens de luxo; e outra, de baixas rendas, responsável pela demanda de bens essenciais. Este padrão de consumo penetra até o aparato produtivo e atua como elemento reprodutor, e reforçador, da heterogeneidade tecnológica” (p. 71).

Prebisch é outra vez invocado quando Héctor Silva Michelena alude ao fato de que “todo modelo de corte capitalista será, entre nós, excludente, imitativo e paliativo” (p. 95). Nos regimes democráticos, as pressões distributivas sobre o Estado se intensificam particularmente, o que tende a levar o sistema à crise. Ou seja, nas palavras de Enzo Faletto, usadas por Silva Michelena,

“A democracia constitui canais de expressão de demandas que o capitalismo periférico não pode resolver”<sup>5</sup>.

Ou seja, a democracia mostrar-se-ia contraditória com a dinâmica de um capitalismo periférico, estruturalmente heterogêneo, de classes dominantes esbanjadoras.

Silva Michelena chama a atenção também para a alienação do consumo, que levou a população do subdesenvolvimento maduro para um tipo de “união hipostática” (p. 102) entre realização humana e o ato de consumir com sentido consumista. Além disso, no seu raciocínio, “O consumismo é a negação da experiência combativa das massas populares” (p. 125), uma vez que a realização do indivíduo, nesse esquema, é feita pelo consumo e o consumismo como ideologia se opõe ao valor do trabalho como finalidade da vida. A procura de ascensão social pelo consumo, com efeito, deixa as massas anestesiadas, crendo em seu progresso pela posse de bens. Nesta altura, na verdade, já se tem chegado à quarta tese do livro de Silva Michelena, segundo a qual

“o desenvolvimento econômico’ não é mais do que uma cansativa ideologia que se implantou e proliferou entre nós” (p. 86),

um elemento de refração ilusionista, uma concepção cujo emprego recorrente faz sempre crer que só existe um caminho para a modernidade e o bem-estar, aquele que seguiram Europa, primeiro, e depois, Estados Unidos, ou seja, a “ocidentalização”. Obrigou-se, assim, à adoção de um “capitalismo imitativo”, no dizer de Prebisch, enquadrado na divisão internacional do trabalho implantado pelos países centrais, implicando uma punção do excedente nas costas dos países periféricos desde a época colonial. A redefinição desse desenvolvimento desigual requer a utilização do excedente com autonomia nas economias subdesenvolvidas, de acordo com os padrões culturais de seus povos. Para ilustrar melhor sua abordagem, Héctor Silva Michelena recorre às lições que aprendeu vivendo dois anos em Dacar, Senegal. Na África Ocidental, antes da época colonial, vivia-se de costas para o oceano Atlântico e as comunidades eram relativamente auto-suficientes. Na aldeia inexistia o conceito ou a idéia da propriedade privada da terra. Esta formava parte das condições orgânicas de reprodução da sociedade e, tal como o fígado não é propriedade de nenhum outro órgão, sobre sua posse não cabia a idéia de apropriação individual. Com

5 FALETTTO, Enzo “Comentario Crítico a la Propuesta del Dr. Prebisch”, *Nueva Sociedad* (Caracas, n.º 55, jul. / ago. 1981), p. 37

a chegada dos europeus e suas noções iluministas de progresso, a destruição do sistema tradicional foi sendo feita gradativamente. Avançava o valor de troca, retrocedendo o valor de uso das coisas. Avançava a desestruturação cultural, retrocedendo a identidade das aldeias. No início deste século consolidou-se “essa economia de tráfico” (p. 89). Em sociedades antes livres, a nova ordem, vinculada à circulação monetária, estabelecia a subordinação. Nessa parte do mundo,

“foi a passagem para a economia de mercado, em condições de dominação e dependência, o que conduziu uma grande e impensável cultura a sua degradação e subdesenvolvimento” (p. 90).

Estabelecidas as colônias de exploração, surge acumulação dependente, reforçando a dinâmica da acumulação autônoma realizada alhures. Desempenha papel essencial, aqui, a chamada dependência tecnológica,

“em que a dominação do capital adota a forma de tecnologia que, ao ser importada, exime os capitalistas periféricos da concorrência difusora do progresso técnico” (p. 96).

Momento sugestivo do tratamento dado por Silva Michelena é, na quarta tese, quando ele examina o processo de industrialização latino-americano, com sua proposta de criação de uma classe média importante e de estímulo à mobilidade social, levando ao progressivo desaparecimento da pobreza continental. Essa industrialização seria **hacia adentro**, ou seja, uma substituição de importações (ISI) baseada no mercado interno. Seguiu-se aí um modelo político de caráter nacionalista, com uma ideologia fundada no populismo. Tal processo era tido e apresentado como alternativa única de desenvolvimento, e abria passo sob a conduta dos setores burgueses. Na sua etapa “difícil” (p. 116), a industrialização latino-americana iria sofrer um autêntico processo de desnacionalização, com seu capitalismo periférico cada vez mais submetido a centros de decisão exógenos. Simultaneamente, “Do ponto de vista político, o quadro não podia ser mais sombrio” (p. 116), com o desfecho de regimes autoritários surgidos para resolver a crise do subdesenvolvimento maduro.

Diante das dificuldades dessa etapa sombria do capitalismo tardio, reconhecidas as insatisfações e encontrados os limites da expansão do modelo, começa a surgir “uma nova temática na América Latina: as alternativas de desenvolvimento” (p. 117). Dentro dessa nova temática, concebe-se, por exemplo, que a democracia tem de estabelecer-se e desenvolver-se do ponto de vista dos “setores populares”. São tais setores “que devem encontrar o sentido profundo da democracia” (p. 122) e defini-la segundo seus interesses. Trata-se aqui de as massas assumirem a vida social criada por elas mesmo, resgatando-a da letra morta das leis e constituições. Não se pode aceitar simplesmente que um determinado modelo de democracia seja considerado universal, como aquele

“que alguns traçam com o giz da propriedade privada e outros com as roldanas da propriedade estatal única” (p. 123).

Para que a democracia seja viável no continente, acentua Silva Michelena, é necessário que o novo sujeito histórico, as massas, reconheça e aceite seu sistema de valores e deixe de lado a justaposição (não a assimilação) de valores alheios a sua própria experiência e ao desenvolvimento de suas próprias formas de vida, no seio de

sua mitologia (p. 127). (Aliás, é destacada a importância que o autor atribui aos mitos latino-americanos, como força nas lutas do povo). Várias implicações são retiradas dessa concepção de democracia, especialmente no que toca ao plano da igualdade, da autonomia organizativa, da inevitabilidade do processo conflitivo de solução dos interesses coletivos, da garantia da cidadania, da redução das desigualdades.

Como o título do livro de Silva Michelena sugere, a essência do que nele se contém é a associação da democracia como sistema político à concepção do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a definição de uma democracia orgânica passa pela discussão das alternativas de desenvolvimento e das alternativas ao desenvolvimento. Pois, como procura demonstrar o autor, ao modelo ocidental, à busca da ocidentalização, da assimilação de valores europeus e norte-americanos, pode-se contrapor a visão nativa latino-americana. A argumentação vale sobretudo para aquela parte do continente - como a região andina - em que são intensas as forças do indigenismo<sup>6</sup>. Mas é também valiosa e válida para as demais sociedades mestiças do continente - situação em que apenas não caberiam Argentina, Chile, Uruguai e Costa Rica. Na formulação, ou na "reflexão livre" de Silva Michelena, por isso mesmo, têm destaque elementos de análise ligados à cultura. Sua ênfase na "recuperação da identidade cultural" e na "desalienação" merece atenção, ao lado da abordagem mais política e econômica da problemática apresentada, aplicada no tratamento de questões como a da multinacionalização das empresas e da internacionalização do capital. Sem dúvida, Silva Michelena não escreveu um livro apressado. Ao contrário, sua argumentação é cuidadosa, equilibrada e busca respaldo em grandes nomes do pensamento social latino-americano - como os de Octavio Paz, Mariátegui, Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Leopoldo Zea. Além disso, a obra se afina com a tradição de pensar no continente de uma perspectiva humana que manifesta empatia em relação às "estirpes condenadas a cem anos de solidão". É, pois, leitura recomendada.

Clóvis Cavalcanti

Economista, Pesquisador Social da  
Fundação Joaquim Nabuco, Recife

Irene Tinker, *Street Foods: Testing Assumptions about Informal Sector Activity by Women and Men*. *Current Sociology*, revista da Associação Internacional de Sociologia, v. 35, nº 3, inverno 1987, pp. i-vii e 1-110.

O trabalho de Irene Tinker, publicado pela revista *Current Sociology*, ocupa um número inteiro do periódico da Associação Internacional de Sociologia

6 Cf. GALINDO, Alberto Flores *Buscando un Inca: Identidad y Utopía en los Andes* (Lima, Instituto de Apoyo Agrario, 1987)